COMPARTILHAMENTO INTERNACIONAL DE DADOS PARA SEGURANÇA PÚBLICA: PARALELO LEGISLATIVO ENTRE BRASIL E PORTUGAL

INTERNATIONAL DATA SHARING FOR PUBLIC SAFETY: LEGISLATIVE COMPARISON BETWEEN BRAZIL AND PORTUGAL

Amanda Cristina Alves Silva¹
Jéssica Guedes Santos²

Resumo: na atual sociedade da informação, os dados pessoais são utilizados para as mais diversas finalidades, inclusive para a defesa nacional e a segurança pública. Neste aspecto, reconhece-se a necessidade de que existam normativos específicos para regular este tipo de tratamento de dados para que os direitos individuais não sejam ameaçados. Dessa forma, países que demonstram preocupação com o tema procuram regulamentá-lo, como é o caso de Brasil e Portugal. Enquanto o Brasil ainda debate o assunto por meio do anteprojeto conhecido como LGPD Penal, em Portugal já existe a Lei n.º 59/2019, que transpõe a Diretiva (UE) 2016/680. O presente artigo analisa as disposições trazidas na norma portuguesa e no projeto de lei brasileiro a fim de identificar as similaridades e diferenças. É possível notar a inspiração do projeto brasileiro na legislação europeia, incorporando em seu texto disposições bastante semelhantes às disposições vigentes em Portugal, especificando de forma clara a possibilidade de compartilhamento de dados entre autoridades de países terceiros e em cooperação internacional.

Palavras-chave: proteção de dados pessoais; compartilhamento internacional de dados pessoais; segurança pública; proteção de dados no Brasil; proteção de dados em Portugal.

Abstract: in today's information society, personal data is used for a wide variety of purposes including national defense and public security. In this aspect, it is recognized that there is a need for specific laws to regulate this type of data processing so that individual rights are not threatened. Thus, countries that show concern about the issue are trying to regulate it, as is the case of Brazil and Portugal. While Brazil is still debating the subject through the preliminary draft known as LGPD Criminal, in Portugal there is already Law 59/2019, which transposes the Directive (EU) 2016/680. This article analyzes the provisions brought in the Portuguese norm and the Brazilian draft law in order to identify the similarities and differences. It is possible to notice the inspiration of the Brazilian bill in the European legislation, incorporating in its text provisions quite similar to the provisions in force in Portugal, clearly specifying the possibility of data sharing between authorities of third countries and in international cooperation.

Keywords: personal data; international sharing of personal data; public safety; data protection in Brazil; data protection in Portugal.

¹ Graduada em Direito pelo Instituto Brasiliense de Direito Público (IDP) e com formação técnica em Informática. Tem experiência profissional e acadêmica na área do Direito, com ênfase em Direito Digital, Administrativo e Desportivo.

² Advogada em privacidade e proteção de dados. Mestranda em Direito pela Universidade de Brasília (UnB). Pesquisadora em direito e tecnologia. Cofundadora do “Bot Jurídico”.

Sumário: Introdução. 1. Compartilhamento internacional de dados no Brasil. 2. Compartilhamento internacional de dados em Portugal. Conclusão.

INTRODUÇÃO

A sociedade atual utiliza dados pessoais em diversos setores, tanto públicos como privados. Com relação ao setor público, uma das aplicações que vem ganhando bastante espaço é o uso de dados na segurança pública. É claro que, diante da estrutura organizacional dos órgãos de justiça, existe a possibilidade de cooperação entre Estados por meio da transferência e cooperação internacional de dados, fazendo o cotejo com a necessidade de garantir a privacidade dos cidadãos.

Assim, o presente artigo tem como objetivo geral identificar como as leis de proteção de dados tratam o compartilhamento internacional de dados entre órgãos de segurança no Brasil e em Portugal, partindo da hipótese que deve existir diferenças significativas entre as duas legislações por conta do maior tempo que a Europa reflete acerca da proteção de dados.

Neste sentido, o objetivo específico do artigo é fazer o comparativo entre a legislação dos dois países para responder a pergunta: “em que medida a lei brasileira e portuguesa são similares no que concerne ao compartilhamento de dados para segurança pública?”. No Brasil, a legislação analisada é o projeto de Lei de Proteção de Dados para segurança pública e persecução penal, conhecido como LGPD Penal, em comparação com a Lei nº 59/2019 de Portugal, que transpõe ao ordenamento interno português a Diretiva (UE) 2016/680 do Parlamento Europeu.

1. COMPARTILHAMENTO INTERNACIONAL DE DADOS NO BRASIL

A Constituição Federal de 1988 prevê a inviolabilidade da intimidade da vida privada, da honra e da imagem das pessoas no seu art. 5º, X³, estabelecendo ainda a inviolabilidade do sigilo das comunicações telegráficas e de dados no art. 5º, XII⁴, inclusive prevendo a existência de ação específica (*habeas data*) para assegurar o conhecimento de informações e a retificação

³ Art. 5º. (...) X - são invioláveis a intimidade, a vida privada, a honra e a imagem das pessoas, assegurado o direito a indenização pelo dano material ou moral decorrente de sua violação.

⁴ Art.5º. : (...) XII - é inviolável o sigilo da correspondência e das comunicações telegráficas, de dados e das comunicações telefônicas, salvo, no último caso, por ordem judicial, nas hipóteses e na forma que a lei estabelecer para fins de investigação criminal ou instrução processual penal.

de dados em bancos de dados no art. 5º LXXII⁵.

Assim, apesar de a palavra privacidade não estar presente expressamente na Carta Magna brasileira, é a ideia que permeia as supracitadas previsões que constituem direitos fundamentais no país (DONEDA, 2019). Quanto à proteção de dados, o status constitucional está prestes a ser alterado, pois aguarda andamento a proposta de emenda constitucional 17/2019 do Senado Federal, que foi aprovada pela Câmara dos Deputados, que a inclui como direito fundamental.

Com o advento das novas formas de organização estatal e social por conta da internet, houve questionamento se a Constituição também garantia o direito à proteção de dados. No julgamento dos casos relacionados ao compartilhamento de nomes, números e endereços constantes nos cadastros das empresas de telefonia com o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), realizado em maio de 2020, o Supremo Tribunal Federal (STF) entendeu pela existência autônoma do direito à proteção de dados e à autodeterminação informativa na Constituição Federal.

O julgamento do STF também usou a Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD - Lei Federal nº 13709/2018) como fonte, apesar da norma ainda não estar vigente na época, já que a Lei foi publicada em 14 de agosto de 2018 e teve vigência iniciada em setembro de 2020.

Com a LGPD, o Brasil passa a ter uma lei específica para tratar dos dados pessoais, porém, a mesma não se aplica para os casos de tratamento de dados com finalidade de segurança pública, defesa nacional, segurança do Estado e atividades de investigação e repressão de infrações penais, estabelecendo que lei específica deverá tratar do assunto, nos termos do art. 4º, III, §1º.

Neste sentido, a Comissão designada para estudar o artigo supracitado entregou o anteprojeto de Lei de Proteção de Dados para segurança pública e persecução penal em novembro de 2020 para a Câmara dos Deputados. O anteprojeto ficou conhecido popularmente como LGPD Penal e ainda aguarda o início do trâmite na Câmara dos Deputados.

Sobre o objeto deste artigo, a LGPD Penal prevê as regras de transferência internacional

⁵ Art. 5º, Art. LXXII - conceder-se-á "*habeas-data*":

a) para assegurar o conhecimento de informações relativas à pessoa do impetrante, constantes de registros ou bancos de dados de entidades governamentais ou de caráter público;

b) para a retificação de dados, quando não se preferir fazê-lo por processo sigiloso, judicial ou administrativo.

⁶ Art. 4º Esta Lei não se aplica ao tratamento de dados pessoais: (...) III - realizado para fins exclusivos de: a) segurança pública; b) defesa nacional; c) segurança do Estado; ou d) atividades de investigação e repressão de infrações penais; (...) § 1º O tratamento de dados pessoais previsto no inciso III será regido por legislação específica, que deverá prever medidas proporcionais e estritamente necessárias ao atendimento do interesse público, observados o devido processo legal, os princípios gerais de proteção e os direitos do titular previstos nesta Lei.

de dados e cooperação internacional no Capítulo IX, nos arts. 53 a 58. A transferência internacional de dados pessoais pode ser realizada para países ou para organismos internacionais. A decisão pode passar por uma das três balizas de validação: decisão de adequação, garantias adequadas e aplicação de derrogação.

A decisão de adequação aponta que o ente receptor deve assegurar um nível de proteção adequado para os dados pessoais, e deve observar o art. 34 da LGPD, que estabelece que a Autoridade Nacional de Proteção de Dados (ANPD) deve avaliar o nível de proteção de dados do país ou organismo internacional avaliando as legislações sobre o assunto, a natureza dos dados, a observância dos princípios gerais da proteção de dados e dos direitos dos titulares, as medidas de segurança, as garantias judiciais e institucionais para a proteção de dados e demais circunstâncias atinentes à transferência. A transferência realizada com base na decisão de adequação dispensa autorização específica, e, quando o país for parte da Convenção do Conselho da Europa e de seus protocolos, o Conselho Nacional de Justiça (CNJ) pode estabelecer procedimento simplificado.

As transferências sujeitas a garantias adequadas acontecem quando forem apresentadas garantias sobre a proteção de dados naquele país/organismo internacional por meio de instrumento jurídico vinculativo, ou quando o responsável pelo tratamento tiver avaliado as circunstâncias inerentes à transferência e observado a existência de garantias adequadas. Sendo que, neste último caso, o responsável pelo tratamento deve informar os motivos das garantias adequadas ao CNJ, que pode pedir a comprovação documental da justificação e da transferência.

Na ausência de decisão de adequação e de garantias adequadas, aplica-se a previsão de derrogações em situações específicas, que estabelece que as transferências internacionais somente podem ser efetuadas se necessárias para proteger interesses vitais do titular ou de terceiros; para salvaguardar os legítimos interesses do titular; para prevenir ameaça grave e imediata contra a segurança pública; para exercer os direitos de defesa no Judiciário ou na esfera administrativa punitiva em casos específicos.

Sendo que, a transferência pode ser negada se for verificado que os direitos do titular prevalecem sobre a finalidade de transferência por interesse público, e para a cooperação internacional conforme instrumentos de direito internacional. Os dados transferidos devem ser somente os necessários para a finalidade referida e o responsável pelo tratamento deve documentar todo o procedimento e disponibilizar para o CNJ, caso seja solicitado.

A LGPD Penal também prevê a possibilidade de transferência internacional de dados para destinatários estabelecidos em outros países, desde que se respeite as condições da Lei e

se atendam cinco critérios cumulativos: transferência estritamente necessária a uma função desempenhada pela autoridade competente que efetua a transferência e prevista em lei; no caso concreto, os direitos do titular não prevalecem sobre as finalidades que exigem a transferência; a transferência para uma autoridade competente seria ineficaz ou inadequada por não poder ser realizada em tempo hábil; a autoridade competente no outro país seja informada, a menos que a comunicação seja ineficaz ou inadequada; e a autoridade que efetua a transferência deve informar o destinatário das finalidades específicas do tratamento dos dados. As transferências devem ser documentadas e informadas para a autoridade de controle. Acordos internacionais também podem vir a tratar sobre o assunto.

Assim, o projeto estabelece que a transferência de dados pessoais para outro país ou organização internacional somente pode ser realizada em seis condições específicas, a saber, transferência necessária para atividades de segurança pública ou persecução penal; tiver sido adotada decisão de adequação, garantia adequada ou aplicação de derrogação; transferência para agente responsável e competente para fins de segurança pública ou persecução penal; consentimento prévio à transferência por país, o consentimento é dispensado somente em caso de ameaça à segurança pública quando não puder ser obtido em tempo hábil e deve ser informado à autoridade responsável em até 48 (quarenta e oito) horas; avaliação do procedimento em caso de transferência ulterior e a transferência não pode comprometer o nível de proteção das pessoas assegurados pela LGPD Penal.

Por fim, sobre a cooperação internacional no domínio da proteção de dados pessoais, os agentes devem adotar medidas que estabelecem procedimentos internacionais de cooperação para facilitar a transferência, prestar assistência mútua em matéria de aplicação de proteção de dados pessoais, associar as partes interessadas ao debate às atividades que visem promover a cooperação internacional e promover o intercâmbio do tema entre os países.

2. COMPARTILHAMENTO INTERNACIONAL DE DADOS EM PORTUGAL

O desenvolvimento do tema de proteção de dados pessoais em Portugal ocorreu de modo diverso que no Brasil. A Constituição portuguesa de 1976 já trazia a previsão da proteção de dados pessoais instituindo em seu art. 35⁷ uma entidade administrativa responsável pela

⁷ Artigo 35.º (Utilização da informática): “1. Todos os cidadãos têm o direito de acesso aos dados informatizados que lhes digam respeito, podendo exigir a sua retificação e atualização, e o direito de conhecer a finalidade a que se destinam, nos termos da lei. 2. A lei define o conceito de dados pessoais, bem como as condições aplicáveis ao

fiscalização dessa proteção em alteração realizada em 1997 .

Tratando-se de membro da União Europeia, Portugal transpôs em seu ordenamento interno a Diretiva 95/46/CE, do Parlamento Europeu, através da Lei 67/98, de 26 de outubro. A norma trazia as disposições relativas à proteção das pessoas singulares no que diz respeito ao tratamento dos dados pessoais e à livre circulação desses dados, no âmbito da União Europeia. A referida Diretiva foi revogada com a aprovação do Regulamento Geral de Proteção de Dados (Regulamento (UE) 2016/679). Dessa forma, a Lei portuguesa foi revogada, e entrou em vigor a Lei n.º 58/2019, que transpôs ao ordenamento interno o novo Regulamento Europeu.

No entanto, a referida norma não dispõe a respeito do tratamento de dados para persecução penal. Então, no mesmo ano ocorreu a transposição da Diretiva (UE) 2016/680 do Parlamento Europeu, que tem como escopo o tratamento de dados pessoais pelas autoridades competentes para efeitos de prevenção, investigação, detenção ou repressão de infrações penais ou execução de sanções penais e à livre circulação desses dados, através da Lei nº 59/2019.

A matéria de interesse do presente artigo encontra-se estipulada no Capítulo V do referido normativo, nos arts. 37 a 42, onde são tratados os requisitos e possibilidades de transferência de dados pessoais para países terceiros ou para organizações internacionais.

Semelhante ao projeto de Lei brasileiro, a norma portuguesa prevê a decisão de adequação, a apresentação de garantias adequadas e a aplicação de derrogações como hipóteses de validação da transferência internacional de dados pessoais.

Na hipótese de transferência realizada com base em uma decisão de adequação, a decisão é tomada pela Comissão Europeia, determinando que o país terceiro, território ou setores específicos desse país terceiro, ou a organização internacional em causa, assegurem um nível de proteção adequado para a realização da transferência. Nesta hipótese, a transferência dispensa uma autorização específica. Em caso de revogação, alteração ou suspensão da decisão de adequação, a transferência realizada não fica prejudicada.

Não havendo uma decisão de adequação, a transferência internacional dos dados pessoais pode ser realizada se tiverem sido apresentadas garantias adequadas no que diz respeito à proteção de dados pessoais mediante um instrumento juridicamente vinculativo, ou se o responsável pelo tratamento tiver avaliado todas as circunstâncias inerentes à transferência de dados pessoais e concluído que existem garantias adequadas no que diz respeito à proteção desses dados. Neste último caso, o responsável pelo tratamento deve informar os motivos das garantias adequadas à autoridade de controle, que pode pedir a comprovação documental dos

seu tratamento automatizado, conexão, transmissão e utilização, e garante a sua proteção, designadamente através de entidade administrativa independente. (...)”

dados transferidos e da justificação de transferência.

A última hipótese para a realização da transferência, não havendo decisão de adequação e não sendo o caso das garantidas adequadas mencionadas anteriormente, é para os fins de: i) proteger os interesses vitais do titular dos dados ou de outra pessoa; ii) salvaguardar os legítimos interesses do titular dos dados; iii) prevenir uma ameaça imediata e grave contra a segurança pública de um Estado-Membro ou de um país terceiro; iv) em casos específicos, para a prossecução das finalidades da norma; ou v) em casos específicos, para declarar, exercer ou defender, no âmbito de um processo judicial, um direito relacionado com as finalidades da norma.

Nas previsões iv e v os dados pessoais não são transferidos se a autoridade competente para proceder à transferência considerar que os direitos, liberdades e garantias fundamentais do titular dos dados em causa prevalecem sobre as finalidades que motivam a transferência por interesse público. Nas hipóteses de derrogação, as transferências são limitadas aos dados estritamente necessários para a finalidade pretendida, e o responsável pelo tratamento deve documentar as informações pertinentes, que poderão ser requisitadas pela autoridade de controle.

Dessa forma, a norma estabelece que a transferência de dados pessoais só poderá ocorrer quando: i) a transferência for necessária para a prossecução das finalidades de prevenção, detenção, investigação ou repressão de infrações penais ou de execução de sanções penais, incluindo a salvaguarda e a prevenção de ameaças à segurança pública; ii) os dados pessoais forem transferidos para um responsável pelo tratamento no país terceiro ou na organização internacional competente; iii) no caso de os dados pessoais terem sido transmitidos ou disponibilizados por outro Estado-Membro, esse Estado tiver dado o seu consentimento prévio, sendo que a transferência sem o consentimento somente é permitida se for necessária para prevenir uma ameaça imediata e grave à segurança pública e o consentimento prévio não puder ser obtido em tempo útil, devendo a autoridade competente ser informada sem demora; iv) tiver sido adotada uma decisão de adequação, ou tiverem sido apresentadas garantias adequadas, ou forem aplicáveis as derrogações; v) no caso de uma transferência ulterior para um país terceiro ou para uma organização internacional, a autoridade competente que realizou a transferência inicial ou outra autoridade competente do mesmo Estado-Membro autorizar a transferência ulterior, após considerar a gravidade da infração penal, a finalidade para que os dados pessoais foram inicialmente transferidos e o nível de proteção no país terceiro ou na organização internacional para os quais os dados pessoais forem ulteriormente transferidos; e vi) a transferência não comprometer o nível de proteção das pessoas assegurado pela presente lei.

A legislação prevê, ainda, a possibilidade de que seja realizada a transferência de dados pessoais diretamente para destinatários estabelecidos em países terceiros, desde que: i) seja estritamente necessária a uma função desempenhada pela autoridade competente que efetua a transferência e prevista por lei; ii) a autoridade competente que efetua a transferência considerar que os direitos, liberdades e garantias fundamentais do titular dos dados em causa não prevalecem sobre as finalidades que exigem a transferência no caso em apreço; iii) a autoridade competente que efetua a transferência considerar que a transferência para uma autoridade competente no país terceiro se revela ineficaz por não ser possível efetuar-la em tempo útil; iv) a autoridade competente no país terceiro ser informada sem demora injustificada, a menos que tal se revele ineficaz ou inadequado; e v) a autoridade competente que efetua a transferência informe o destinatário da finalidade ou das finalidades específicas para as quais deve tratar os dados pessoais, desde que o tratamento seja necessário. Neste caso, a transferência deve ser documentada e informada à autoridade de controle.

Por fim, a norma traz a previsão de que cooperações internacionais também poderão ser realizadas para prestar assistência mútua, estabelecer procedimentos internacionais e promover o intercâmbio e a documentação da legislação e das práticas em matéria de proteção de dados pessoais.

CONCLUSÃO

É possível notar a inspiração do projeto brasileiro na legislação europeia, incorporando em seu texto disposições bastante semelhantes às disposições vigentes em Portugal, especificando de forma clara a possibilidade de compartilhamento de dados entre autoridades de países terceiros e em cooperação internacional.

Destacam-se as previsões de validação da transferência por decisão e adequação, apresentação de garantias, e hipóteses de derrogação, previsão comum às duas normas. Em ambos os textos também existe a previsão de possibilidade de transferência internacional de dados para destinatários específicos, sendo necessário cumprir os requisitos estabelecidos. E, por fim, as duas legislações apontam no sentido de incentivar a cooperação com outros países para estudar a legislação e as práticas relacionadas à proteção de dados pessoais.

Assim, caso o projeto brasileiro venha a ser aprovado com a essência do texto que foi apresentado, o normativo do Brasil assegurará proteção semelhante à proteção dada por Portugal aos dados pessoais no que tange ao seu compartilhamento internacional para fins de

segurança pública.

REFERÊNCIAS

BRASIL. **Anteprojeto da Lei de Proteção de Dados para segurança e persecução penal.**

Disponível em <<https://www2.camara.leg.br/atividade-legislativa/comissoes/grupos-de-trabalho/56a-legislatura/comissao-de-juristas-dados-pessoais-seguranca-publica/documentos/outros-documentos/DADOSAnteprojetocomissao-protecaodadossegurancapersecucaoFINAL.pdf>> Acesso em ago. 2021.

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil.** Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm>. Acesso em ago. 2021.

BRASIL. Supremo Tribunal Federal. **Ação Direta de Inconstitucionalidade nº 6387.** Relatora Ministra Rosa Weber. Disponível em: <http://portal.stf.jus.br/processos/downloadPeca.asp?id=15344949214&ext=.pdf>. Acesso em ago. 2021.

Comissão Nacional de Proteção de Dados. **Histórico da CNPD.** Disponível em: <[https://www.cnpd.pt/cnpd/o-que-somos-e-quem-somos/historico-da-cnpd/#:~:text=Portugal%20reconhece%20a%20prote%C3%A7%C3%A3o%20de,35.%C2%BA%20da%20CRP\).](https://www.cnpd.pt/cnpd/o-que-somos-e-quem-somos/historico-da-cnpd/#:~:text=Portugal%20reconhece%20a%20prote%C3%A7%C3%A3o%20de,35.%C2%BA%20da%20CRP).>)> Acesso em: ago. 2021.

DONEDA, Danilo. **Da privacidade à proteção de dados pessoais:** elementos da formação da Lei Geral de Proteção de Dados. 2ª ed. São Paulo: Thomson Reuters Brasil, 2019.

PORTUGAL. Constituição (1974). **Constituição da República Portuguesa.** Disponível em: <<https://dre.pt/legislacao-consolidada/-/lc/34520775/view>>. Acesso em ago. 2021.

PORTUGAL. **Lei n.º 58/2019 de 8 de agosto da Assembleia da República.** Disponível em: <<https://dre.pt/pesquisa/-/search/123815982/details/maximized>>. Acesso em: mai. 2021.

PORTUGAL. **Lei n.º 59/2019 de 8 de agosto da Assembleia da República.** Disponível em: <<https://dre.pt/home/-/dre/123815983/details/maximized#:~:text=Lei%20n.%C2%BA%2059%2F2019,-Publica%C3%A7%C3%A3o%3A%20Di%C3%A1rio%20da&text=Sum%C3%A1rio%3A%20Aprova%20as%20regras%20relativas,27%20de%20abril%20de%202016.>>>. Acesso em ago. 2021.